



Contrarrazão ao Recurso Administrativo

Pregão Eletrônico N° 90005/2024

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,

A empresa AGC Prestação de Serviços Ltda., inscrita no CNPJ nº 14.116.631/0001-85, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar sua contrarrazão ao recurso interposto pela empresa Ativa Serviços Gerais Ltda., inscrita no CNPJ nº 40.911.117/0001-41, no Pregão Eletrônico nº 90005/2024. Seguem abaixo as considerações detalhadas e fundamentadas:

Defesa do Item 2.2: Ausência de Registro no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)

****1.1. Conformidade com a Convenção Coletiva e Legislação****

A AGC Prestação de Serviços esclarece que a adesão ao PAT é recomendada, mas não obrigatória, conforme a Convenção Coletiva de Trabalho do Estado de Alagoas, especificamente na Cláusula Nona. A legislação aplicável, incluindo a Lei 6.321/76 e o Decreto 5/1991, estabelece que os benefícios fiscais do PAT só são aplicáveis às empresas participantes do programa. Portanto, a não participação no PAT não desqualifica a empresa, mas apenas altera a forma de provisionamento dos encargos sociais.

****1.2. Justificativa para Não Participação do PAT****

Nossa empresa optou por não participar do PAT e, consequentemente, inserimos os custos com alimentação no Módulo 1, conforme exigido pelo edital. Ressaltamos que todos os encargos sociais e trabalhistas foram corretamente provisionados, garantindo a exequibilidade da proposta.

Esses benefícios, embora vantajosos, não impactam diretamente a composição de custos apresentada na planilha orçamentária desta licitação.

****1.3.Custos com alimentação Modulo 1.**

A empresa Ativa Serviços Gerais Ltda. alegou que a AGC Prestação de Serviços deveria obrigatoriamente inserir o custo com alimentação no Módulo 1, juntamente com o valor do salário, onde o total do Módulo 1 serviria de base para os encargos trabalhistas e sociais previstos nos submódulos 2.1 e 2.2. Gostaríamos de esclarecer que esta alegação não procede, uma vez que os custos com alimentação foram devidamente provisionados no Módulo 1, conforme exigido pelo edital e seguindo as orientações da Comissão Permanente de Licitação (CPL) da Polícia Federal do Alagoas.

Portanto, ao inserir os custos com alimentação no Módulo 1, a AGC Prestação de Serviços agiu em conformidade com as exigências do edital, modelo de planilha de custos e orientação da própria CPL. Todos os encargos trabalhistas e sociais foram corretamente provisionados para garantir a transparência, isonomia, igualdade e cumprimento dos preceitos legais e editalícios.

1.4. Consulta ao PAT e Conclusão Adicional

Realizamos uma consulta à base de dados das empresas inscritas no PAT, disponível no link [Consulta PAT](#), e verificamos que nenhuma das empresas que interpuseram recursos contra a AGC Prestação de Serviços encontra-se inscrita no PAT. Isso evidencia que as alegações feitas pelas empresas concorrentes não possuem fundamentação prática, pois elas mesmas não aderiram ao programa que estão utilizando como argumento contra a AGC.

Defesa do Item 2.3: Ausência da Declaração de Capacidade Financeira

****2.1. Conformidade com o Edital e a Legislação****

O Edital do Pregão Eletrônico nº 90005/2024, em seu subitem 8.26, exige que o atendimento dos índices econômicos previstos seja atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil. A empresa apresentou toda a documentação exigida dentro dos prazos estabelecidos e em conformidade com o edital.

****2.2. Flexibilidade na Gestão Documental****

O edital permite a apresentação posterior de documentos adicionais a critério da administração, conforme necessário para a verificação da capacidade técnica e financeira das empresas licitantes. A empresa AGC Prestação de Serviços seguiu rigorosamente as orientações recebidas e apresentou a documentação complementar conforme solicitado pelo pregoeiro.



****2.3. Jurisprudência e Precedentes****

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) reforça que a complementação de documentos essenciais após a fase de habilitação é permitida desde que não viole os princípios da isonomia e da vinculação ao edital. No presente caso, a complementação de documentos foi realizada dentro dos prazos estabelecidos e conforme permitido pelo edital, garantindo a conformidade e a transparência do processo licitatório.

Do Pedido

Diante de tudo o que restou acima exposto, a recorrida roga a Vossa Senhoria que seja NEGADO PROVIMENTO aos argumentos soerguidos no Recurso Administrativo interposto pela Ativa Serviços Gerais Ltda., de forma a se manter inalterada a decisão que declarou a AGC Prestação de Serviços Ltda. como classificada e vencedora do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024, dando-se regular prosseguimento ao procedimento licitatório.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Atenciosamente,

AGC Prestação de Serviços